

Ano XXIV nº 6425 – 21 de setembro de 2021

Sim, os bancários podem celebrar o acordo de dois anos



**NA
LUTA
COM
VOCÊ**
GARANTIR E PROTEGER

Que a situação econômica não está fácil para ninguém, não há dúvidas. A gente sente na pele e no bolso o tamanho da crise. A cada reforma, Projeto de Lei e Medida Provisória do governo federal, mais ameaças aos direitos do trabalhador.

A inflação não para de subir, especialmente os combustíveis, alimentos e a energia elétrica. Com uma política econômica de arrocho, mais da metade das categorias de trabalhadores, conforme informamos na edição anterior, fechou acordos abaixo da inflação, com perdas iguais ou superiores a 0,18%.

Quase seis entre dez categorias (58,7%) tiveram índices abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A estratégia do acordo de dois anos preservou os direitos dos bancários, como a jornada, o reajuste acima da inflação (10,97%) nos salários e demais verbas remuneratórias e os tíquetes. A PLR também está garantida e na maioria dos bancos foi conquistado o adiantamento da primeira parcela. E aumento de salário ajuda até na economia do país. Os ganhos da categoria terão impacto de R\$15 bilhões no mercado interno.

Agora é continuar a luta por um retorno ao trabalho presencial seguro, negociado com a categoria e não de qualquer jeito em plena expansão da variante Delta da Covid-19, como insistem os bancos.

A preservação das conquistas reafirma a importância dos sindicatos na vida do trabalhador e também a força da unidade e da mobilização da categoria ao longo dos anos. Parabéns bancários e bancárias. O acordo de dois anos veio na hora certa.

Coletivo Nacional de Saúde da Contraf-CUT debate situação dos bancários

O Coletivo Nacional de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) se reuniu, na última sexta-feira, 17 de setembro, para debater a situação atual das condições de trabalho e a saúde da categoria.

O principal ponto em discussão foi o retorno dos trabalhadores do grupo de Risco da Covid-19. Para Mauro Salles, secretário de Saúde da Contraf-CUT, este retorno ainda não é seguro neste momento e deve ser negociado. “Foi consenso a preocupação com as medidas de alguns bancos de chamar para retorno presencial ao trabalho de colegas do grupo de risco neste momento, no qual a pandemia ainda não está controlada. Não consideramos o momento adequado de volta ao trabalho presencial, uma vez que a vacinação está longe do que pregam os especialistas, ou seja, pelo menos 70% da população vacinada com as doses completas. Ainda temos um número alto de óbitos, a vacinação está lenta e desigual e novas variantes surgiram preocupando as instituições sanitárias. Lembramos do compromisso de que eventual volta seja negociada com o movimento sindical e que seja feita no momento em que as condições sejam adequadas”, afirmou.

Os dirigentes sindicais acreditam que uma eventual volta do grupo de risco, quando a situação esteja segura, somente deve ocorrer com a vacinação completa, com a realização de exames de retorno para avaliar as reais condições de saúde.

Para a representante do coletivo de Saúde da Contraf-CUT, Luciana Duarte, em uma decisão acertada, o Comando Nacional cobrou medidas de prevenção no início da pandemia, entre elas, o afastamento imediato do grupo de risco. “As patologias que causaram o afastamento não deixaram de existir, neste sentido, qualquer retorno ao trabalho deve ser feito com acompanhamento médico, protocolos seguros e recomendados pelo médico assistente. O trabalhador não pode retornar em hipótese nenhuma sem exame de retorno e avaliação médica, que será responsável pelo retorno seguro”, destacou.

